



PMBCS[®]
Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **(BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS)**

21 DE JUNHO DE 2018

SODIVALENÇA SGPS, LDA.

SETEMBRO /2018

ÍNDICE

- 1- INTRODUÇÃO**
- 2 - ÂMBITO DO TRABALHO**
- 3 – LIMITAÇÕES AO ÂMBITO DO TRABALHO**
- 4 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
 - 4.1 – BALANÇO**
 - 4.1.2 – BALANÇO A 21 DE JUNHO DE 2018
 - 4.1.2 – NOTAS AO BALANÇO
 - 4.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
 - 4.2.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 21 DE JUNHO DE 2018
 - 4.2.2 – NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
 - 4.3 – PARTES RELACIONADAS**
 - 4.4 – AJUSTAMENTOS PROPOSTOS**
 - 4.5 – BALANÇO AJUSTADO À DATA DE 21 DE JUNHO DE 2018**
 - 4.6 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS AJUSTADA À DATA DE 21 DE JUNHO DE 2018**
- 5 – OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS**
 - 5.1 – REGIME DE DEPÓSITO**
 - 5.2 – DECLARAÇÕES FISCAIS**
 - 5.3 – DÍVIDAS FISCAIS E PARA FISCAIS**
 - 5.4 – CONTINGÊNCIAS FISCAIS**
- 6 – COBERTURA DE SEGUROS**
- 7 – OUTRAS INFORMAÇÕES**
- 8 – GARANTIAS, AVALES E PENHORAS**
- 9 – ENQUADRAMENTO LEGAL DAS SGPS**
- 10 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO**
- 11 – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA**

SODIVALENÇA SGPS, LDA.**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NA DATA DE 21 DE JUNHO DE 2018****1 - INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente relatório é documentar a análise efetuada às contas da **SODIVALENÇA - SGPS, LDA.**, para a qual fomos contratados, tendo como principal finalidade a elaboração das Demonstrações Financeiras: Balanço e Demonstração dos Resultados com referência à data de 21 de Junho de 2018.

A **SODIVALENÇA - SGPS, LDA.** foi registada na Conservatória do Registo Comercial em 10 de Julho de 2008 com um capital social de 200.000,00 €, que correspondem a três quotas:

Detentores do capital social	Valor nominal da participação	%
Rui Fonseca	150.000,00 €	75,00%
Helena Fonseca	30.000,00 €	15,00%
ITMP Portugal, SA	20.000,00 €	10,00%
Total	200.000,00 €	100,00%

O objeto social da **SODIVALENÇA – SGPS, LDA.** consiste na gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

2 - ÂMBITO DO TRABALHO

O trabalho foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade considerada necessária, nas circunstâncias. Este relatório configura uma revisão limitada às demonstrações financeiras a 21 de Junho de 2018 pelo que o âmbito e a profundidade do nosso trabalho não inclui a totalidade dos procedimentos de auditoria geralmente aceites, sendo a profundidade dos testes realizados mais reduzida do que a que seria efetuada numa revisão integral das contas.

Em resultado do trabalho realizado elaborámos o presente relatório, o qual apresenta o detalhe das rubricas consideradas materialmente relevantes, comentários às contas e políticas contabilísticas adotadas, sugestões sempre que julgamos oportunas e propostas de ajustamentos aos valores apresentados pela Sociedade sob a forma de balanço.

Muito embora este relatório não respeite à avaliação do sistema de controlo interno implementado pela Empresa, referimos algumas propostas de controlos ao longo do mesmo.

O seu conteúdo compreende informação geral que nos foi facultada pela Gerência ou responsáveis pelas áreas funcionais competentes.

Tendo em consideração a finalidade do presente trabalho foram executados os seguintes procedimentos:

- ✓ Análise dos estatutos da empresa.
- ✓ Análise dos principais contratos e quaisquer outros acordos relevantes relacionados com a finalidade do trabalho que nos foram disponibilizados.
- ✓ Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa.
- ✓ Obtenção de confirmações externas de saldos (clientes, fornecedores, bancos, locadoras e seguros).
- ✓ Solicitação direta aos \s da Empresa indicados, de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações, impugnações fiscais e encargos da Sociedade relativamente aos funcionários, bem como honorários em dívida.
- ✓ Análise de detalhes de movimentos, transações e saldos evidenciados nos registos contabilísticos da Empresa e respetiva documentação de suporte, na medida em que tais elementos sejam relevantes para a finalidade do trabalho. As análises de detalhe poderão ser efetuadas por teste ou de forma integral, consoante se revele mais

apropriado face à natureza específica dos movimentos a analisar e à materialidade dos valores relacionados.

- ✓ Análise de detalhes de extratos e conciliações de contas bancárias relevantes, de forma a validar fluxos financeiros e outras informações com significado para a finalidade do trabalho. As análises de detalhe poderão ser efetuadas por teste ou de forma integral, consoante se revele mais apropriado face à natureza específica dos movimentos a analisar e à materialidade dos valores relacionados.
- ✓ Indagação à Gerência e aos serviços relacionados com vista ao esclarecimento de assuntos relevantes para a finalidade do trabalho.
- ✓ Obtenção da relação de apólices de seguro contratadas pela Empresa de forma a apreciar a política de cobertura de seguros dos ativos da Empresa (inventários, ativos fixos tangíveis e do pessoal).
- ✓ Tendo em consideração as informações disponibilizadas foram analisadas as situações justificativas da constituição de ajustamento para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- ✓ Embora o trabalho a executar não constitua uma auditoria fiscal, foram executados procedimentos tendentes a identificar e quantificar eventuais contingências fiscais. Foi verificada a situação fiscal e a adequacidade da contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social.
- ✓ Outros procedimentos aplicados tendo em vista o despiste de situações anómalas, ou à obtenção de informação corroborativa relevante, tais como:
 - i. Análise de contas de terceiros relevantes.
 - ii. Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no período de 01 de Janeiro a 21 de Junho de 2018, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

3 - LIMITAÇÕES AO ÂMBITO DO TRABALHO

- a) Não nos foi disponibilizado qualquer contrato de suprimento celebrado com o sócio.
- b) Não nos foi disponibilizado o relatório e contas solicitado referente ao período de 2017 assinado.
- c) A Sociedade não preparou a conciliação bancária à data de reporte.
- d) Não nos foi disponibilizada a certificação legal das contas do período de 2017 até ao momento.

4 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1 - BALANÇO

4.1.2 - BALANÇO A 21 DE JUNHO DE 2018

Rúbrica	Notas	21-06-2018 (Balancete)	31-12-2017 (R&C)
Ativo não corrente			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	4.1.2.1	- €	- €
Outros investimentos financeiros	4.1.2.2	15 000,00 €	15 000,00 €
Activo corrente			
Estado e outros entres públicos	4.1.2.3	5 178,13 €	4 850,00 €
Caixa e depósitos bancários	4.1.2.4	- €	- €
Total do ativo		20 178,13 €	19 850,00 €
Capital próprio			
Capital subscrito	4.1.2.5	200 000,00 €	200 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	4.1.2.5	175 000,00 €	175 000,00 €
Reservas legais	4.1.2.5	16 200,00 €	16 200,00 €
Resultados transitados	4.1.2.5	- 1 589 305,11 €	- 1 405 373,64 €
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	4.1.2.5	- 66 418,85 €	- 66 418,85 €
Resultado líquido do período	4.2.2	- 2 163,87 €	- 183 931,47 €
Total do capital próprio		- 1 266 687,83 €	- 1 264 523,96 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	4.1.2.6	1 104 242,58 €	1 104 242,58 €
Passivo corrente			
Fornecedores	4.1.2.7	3 058,27 €	1 372,32 €
Estado e outros entres públicos		- €	- €
Financiamentos obtidos	4.1.2.6	83 412,86 €	91 714,94 €
Outras dívidas a pagar	4.1.2.8	96 152,25 €	87 044,12 €
Total do passivo		1 286 865,96 €	1 284 373,96 €
Total do capital próprio e do passivo		20 178,13 €	19 850,00 €

4.1.2 - NOTAS AO BALANÇO

Os valores de balanço à data de 21 de Junho de 2018 apresentam-se de acordo com o balancete disponibilizado pela Sociedade, na data da nossa visita.

Das análises e testes realizados sobre as rubricas ativas e passivas apresentadas no balancete, à data de 21 de Junho de 2018, temos a salientar os seguintes aspetos, que consideramos mais relevantes:

4.1.2.1 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MEP

O montante incluído nesta rubrica, a 21 de Junho de 2018, pode ser detalhado como segue:

Rúbrica	21-06-2018	31-12-2017
Supervalença - Aquisição	1.300.000,00 €	1.300.000,00 €
Perdas por imparidade	- 1.300.000,00 €	- 1.300.000,00 €
Empréstimos concedidos	175.000,00 €	175.000,00 €
Perdas por imparidade	- 175.000,00 €	- 175.000,00 €
	- €	- €

O saldo desta rubrica respeita à participação detida pela Sociedade na Supervalença – Supermercados, SA, e inclui o valor de aquisição e as prestações acessórias realizadas em períodos anteriores. Atendendo à situação económico-financeira desta subsidiária, esta rubrica encontra-se totalmente ajustada.

Na data de 21 de Junho de 2018, a Supervalença, SA apresenta capitais próprios negativos, no valor de 1.264.111,61 €.

4.1.2.2 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nesta data, a composição desta rubrica era a seguinte:

Rúbrica	21-06-2018	31-12-2017
Ações Norgarante	15.000,00 €	15.000,00 €
	15.000,00 €	15.000,00 €

Obtivemos confirmação externa para o depósito das ações Norgarante junto do banco Santander Totta, na data de 21 de Junho de 2018.

4.1.2.3 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO

Na data de 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Pagamento especial por conta	5 178,13 €	4 850,00 €
	5 178,13 €	4 850,00 €

Esta rubrica respeita aos pagamentos especiais por contas efetuados desde o exercício de 2013:

Ano	Valor
2013	1.000,00 €
2014	1.000,00 €
2015	1.000,00 €
2016	1.000,00 €
2017	850,00 €
2018	328,13 €
	5.178,13 €

Tendo em consideração que o pagamento especial por conta de 2013 já não pode ser utilizado em 2018, propomos o seu desreconhecimento (1.000,00 €).

A Sociedade no exercício de 2018 efetuou o primeiro pagamento especial por conta no valor de 328,13 €. Em nossa opinião, este valor apresenta-se insuficiente, o valor pago deveria ser de 425,00 €.

Dos testes efetuados verificamos que a Sociedade cumpriu, em regra, até à data de 21 de Junho de 2018, os prazos legalmente estipulados referentes à entrega e liquidação dos impostos e das contribuições.

Obtivemos as declarações de não dívida referentes à Autoridade Tributária e Aduaneira e ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social não existindo situações a reportar.

4.1.2.4 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Na data de 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Depósitos à ordem	- €	- €
	- €	- €

Foi-nos disponibilizada uma conciliação bancária com referência à data de 30 de Junho de 2018:

30 de Junho de 2018						
Descrição	Saldos do extrato bancário (1)	Movimentos a crédito no banco e não registados pelo PdV (2)	Movimentos a débito no banco e não registados pelo PdV (3)	Movimentos a débito no PdV e não registados pelo banco (4)	Movimentos a crédito no PdV e não registados pelo banco (5)	Saldos da contabilidade apresentados na conciliação bancária (6)
Santander Totta	16,05 €	- €	- €	53,30 €	167,69 €	- 98,34 €

Os movimentos a crédito no PdV respeitam a pagamentos registados pela Sociedade na contabilidade mas que não foram descontados/pagos pelo Banco.

A Sociedade não preparou a conciliação bancária à data de reporte deste relatório.

Nas datas de 21 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o saldo de depósitos à ordem apresenta-se credor, pelo que é apresentado na rubrica de financiamentos.

4.1.2.5 – CAPITAL PRÓPRIO

No período em análise, não foram registados ainda movimentos nesta rubrica:

Rúbrica	31-12-2017	Aumentos / Diminuições	Aplicação dos Resultados	21-06-2018
Capital subscrito	200.000,00 €	- €	- €	200.000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	175.000,00 €	- €	- €	175.000,00 €
Reservas legais	16.200,00 €	- €	- €	16.200,00 €
Resultados transitados	- 1.405.373,64 €	- €	- 183.931,47 €	- 1.589.305,11 €
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	- 66.418,85 €	- €	- €	- 66.418,85 €
Resultado líquido do período	- 183.931,47 €	- 2.163,87 €	183.931,47 €	- 2.163,87 €
	- 1.264.523,96 €	- 2.163,87 €	- €	- 1.266.687,83 €

No entanto por forma a apresentar as demonstrações financeiras à data de referência, procedemos à transferência do resultado líquido negativo de 2017 para a rubrica de resultados transitados, conforme ata número 16.

Foram-nos disponibilizadas as atas da assembleia geral da número 11 à número 18, sendo que esta ultima respeita à cessão de duas quotas do capital social da Sociedade e a substituição do gerente da Sociedade, datada de 21 de Junho de 2018. Verificamos ainda que foi deliberado no dia 20 de Junho de 2018, ata número 17, uma cobertura parcial de prejuízos, por conversão dos créditos do sócio Rui Augusto dos Santos Loio Jesus da Fonseca, no valor de 127.637,01 €, movimento que propomos neste relatório.

O saldo da rubrica de outros instrumentos de capital respeita a prestações acessórias realizadas pelo sócio, por conversão de crédito. De acordo com o mencionado na ata número 14, as prestações suplementares *não vencerão juros e só poderão ser restituídas ao mesmo sócio que delas passa a ser titular, depois de deliberação tomada por unanimidade a autorizar a respetiva restituição.*

O capital social da Sociedade, à data de 21 de Junho de 2018, é representado por três quotas, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Detentores do capital social	Valor nominal da participação	%
Rui Fonseca	150.000,00 €	75,00%
Helena Fonseca	30.000,00 €	15,00%
ITMP Portugal, SA	20.000,00 €	10,00%
Total	200.000,00 €	100,00%

Entendemos que, nesta data, o capital social se encontra integralmente realizado.

De acordo com o mencionado na certidão permanente atualizada, ocorreu a transmissão das duas quotas no valor total de 180.000,00 € (identificadas no quadro anterior com os sócios Rui Fonseca e Helena Fonseca), a favor da ITMP Alimentar, SA.

Importa ainda referir que na referida certidão permanente existe um registo sobre a penhora das quotas do ex-sócio Rui Fonseca, a favor da Norgarante (135.000,00 €) e do banco Santander Totta (45.000,00 €).

À data de 21 de Junho de 2018 encontra-se perdido mais do que a totalidade do capital social pelo que a Sociedade deverá dar cumprimento ao disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

4.1.2.6 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 21 de Junho de 2018, esta rubrica engloba:

Descrição	21 de junho de 2018		31 de dezembro de 2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Decoberto bancário	79,16 €	- €	53,30 €	- €
Empréstimos bancários	83 333,70 €	- €	91 661,64 €	- €
Suprimentos	- €	127 637,01 €	- €	127 637,01 €
Subsidiárias	- €	976 605,57 €	- €	976 605,57 €
Total	83 412,86 €	1 104 242,58 €	91 714,94 €	1 104 242,58 €

Na data de 21 de Junho de 2018, encontram-se a decorrer os seguintes contratos de financiamento:

Descrição	Valor Contratado	Data do Contrato	Prazo	Valor em Dívida 21 de Junho de 2018	Bando de Portugal a 31 de Maio de 2018	Obs.
Banco Santander Totta	1.000.000,00 €	27-08-2008	120 meses	83.333,70 €	83.334,00 €	Garantia - Norgante
Total	1.000.000,00 €			83.333,70 €	83.334,00 €	

O saldo apresentado apresenta-se concordante com o mapa de responsabilidade do Banco de Portugal, à data de 31 de Maio de 2018, sendo que o montante de 50.000,00 €, se encontra vencido nessa data. A Sociedade procedeu ao pagamento das prestações em falta em 29 de Junho de 2018, pelo que o saldo constante do mapa de responsabilidades de credito, na data de 30 de Junho de 2018, ascende a 16.667,06 €.

Relativamente aos juros devidos por parte da Sociedade, propomos o reconhecimento dos juros relativos ao período até 21 de Junho de 2018 (83,48 €).

Tanto quanto é do nosso conhecimento não existia qualquer contrato de suprimento celebrado com o sócio. Este valor, conforme já mencionado neste relatório, foi renunciado pelo sócio Rui Fonseca para cobertura de prejuízos.

O saldo com a subsidiária apresenta-se concordante na data de 21 de Junho de 2018, contudo na Sodivalença, o mesmo está repartido em três rubrica, financiamentos, outros créditos a pagar e clientes. Para facilidade de controlo, recomendamos a utilização de rubricas similares nas duas entidades.

Efetuámos a repartição dos valores dos financiamentos em corrente e não corrente conforme repartição tendo em conta a natureza dos saldos.

Esta rubrica inclui ainda, o saldo credor da conta de depósitos à ordem cujos comentários foram incluídos no ponto **4.1.2.4** atrás.

4.1.2.7 – FORNECEDORES

À data do presente relatório, a rubrica de Fornecedores decompõe-se por:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Fornecedores conta corrente	3 058,27 €	1 372,32 €
	3 058,27 €	1 372,32 €

Procedemos à confirmação externa dos saldos de fornecedores conta corrente, com referência à data de 21 de Junho de 2018, tendo-se obtido resposta concordante da JFR Barbosa & C^a, Lda., no valor de 2.989,75 €.

Com relação ao saldo da Norgarante verificamos a existência de discrepâncias entre os movimentos constantes do extracto de conta corrente recebido e a contabilidade, conforme o quadro abaixo:

Fornecedor	21-06-2018	Resposta	Diferença	Obs.	Ajustamento proposto
Norgarante	65,52 €	56.426,36 €	- 56.360,84 €	Da conciliação possível de saldos identificamos duas faturas por reconhecer até à data de 21/06/2018, a n.º 8997 e a n.º 11379, nos valores de 15,87 € e 12,30 €, respetivamente. Existe um valor por conciliar de 56.250,28 €, que segundo entendemos pela resposta da Norgarante foi regularizado, pois respeitava à execução da garantia que foi posteriormente cancelada.	28,17 €
Total	65,52 €	56.426,36 €	- 56.360,84 €		28,17 €

4.1.2.8 – OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Credores por acréscimo de gastos	500,00 €	500,00 €
Supervalença, SA	95 652,25 €	86 544,12 €
	96 152,25 €	87 044,12 €

O saldo da rubrica de credores por acréscimos de gastos respeita ao valor dos honorários para o ROC da Sociedade para o período de 2017. Assim, propomos o reconhecimento do gasto respeitante ao período até 21 de Junho de 2018, no valor de 237,50 €.

Conforme já mencionado neste relatório os saldos entre a Sociedade e a sua subsidiária encontram-se concordantes na data de 21 de Junho de 2018. Chamamos a atenção para o já mencionado neste relatório, no que respeita à utilização de rubricas similares entre as duas entidades de forma a simplificar o seu controlo.

4.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

4.2.1 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 21 DE JUNHO DE 2018

Rúbrica	Notas	31-12-2017 (Balancete)	31-12-2016 (R&C)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2.2.1	- €	- 1 259,59 €
Fornecimentos e serviços externos	4.2.2.2	- 1 977,19 €	- 5 541,55 €
Imparidade de inventários (investimentos financeiros)		- €	- 175 000,00 €
Outros gastos	4.2.2.3	- 85,46 €	- 1 110,16 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 2 062,65 €	- 182 911,30 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 2 062,65 €	- 182 911,30 €
Juros e gastos similares suportados	4.2.2.4	- 101,22 €	- 1 020,17 €
Resultado antes de impostos		- 2 163,87 €	- 183 931,47 €
Imposto sobre o rendimento do período	4.2.2.5	- €	- €
Resultado líquido do período		- 2 163,87 €	- 183 931,47 €

4.2.2 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Os valores da demonstração dos resultados, na data de 21 de Junho de 2018, apresentam-se de acordo com o balancete disponibilizado na data da nossa visita e os valores a 21 de Junho de 2018 com o relatório e contas do período.

Das análises e testes realizados sobre as rubricas de gastos e rendimentos apresentadas no balancete a 21 de Junho de 2018, temos a salientar os seguintes aspetos, que consideramos mais relevantes:

4.2.2.1 – GANHOS E PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Atendendo a que o saldo da subsidiária já se encontra sem qualquer quantia escriturada no balanço desde a data de 31 de Dezembro de 2017, não propomos qualquer ajustamento nesta data.

4.2.2.2 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Na data de 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
TOC	1.685,95 €	4.237,35 €
ROC	- €	500,00 €
Advogados	- €	- €
Contencioso e Notariado	80,00 €	- €
Serviços Bancários	206,19 €	804,20 €
	1.972,14 €	5.541,55 €

Da análise efetuada aos documentos de suporte das diversas rubricas de fornecimentos e serviços externos, constatámos que os gastos reconhecidos, pela Sociedade, na generalidade estão adequadamente suportados, contudo propomos o reconhecimento dos seguintes gastos, no período ate 21 de Junho de 2018:

- 1) Contabilista certificado;
- 2) Comissões de cobrança de prestação em divida.

4.2.2.3 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Na data de 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Imposto do selo	13,47 €	55,01 €
Correções periodos anteriores	29,90 €	- €
Multas e juros de mora fiscais	76,35 €	55,15 €
Outros não especificados	0,01 €	1.000,00 €
	119,73 €	1.110,16 €

Da análise efetuada aos documentos de suporte, constatámos que os gastos reconhecidos, pela Sociedade, na generalidade estão adequadamente suportados, contudo propomos o reconhecimento dos seguintes gastos, no período até 21 de Junho de 2018:

- 1) Imposto do selo;
- 2) Juros de mora.

4.2.2.4 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Na data de 21 de Junho de 2018, a composição desta rubrica era a seguinte:

Descrição	21-06-2018	31-12-2017
Juros de financiamentos bancários	- €	387,12 €
Juros de descobertos bancários	2,64 €	1,46 €
Outros gastos ref. empréstimos bancários	69,36 €	631,59 €
	72,00 €	1.020,17 €

Da análise efetuada aos documentos de suporte, constatámos que os gastos reconhecidos, pela Sociedade, na generalidade estão adequadamente suportados, contudo propomos o reconhecimento dos seguintes gastos, no período até 21 de Junho de 2018:

- 1) Juros do período;
- 2) Outros gastos com financiamento.

4.2.2.5 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

À data de 21 de Junho de 2018, a Sociedade não apresenta imposto a pagar.

De acordo com a nossa estimativa, à data de 21 de Junho de 2018, não há lugar a apuramento de lucro tributável nem de tributações autónomas.

4.3 – PARTES RELACIONADAS

Em resultado do processo de circularização a terceiros efetuado, identificámos com referência à data de 21 de Junho de 2018 as entidades relacionadas contantes da tabela abaixo.

Entidade Relacionada	21-06-2018			
	Balancete	D/C	Resposta	Diferença
Supervalença	- 976.605,57 €	C		
Supervalença	- 95.652,25 €	C	1.071.849,69 €	- €
Supervalença	408,13 €	D		
	<u>- 1.071.849,69 €</u>		<u>1.071.849,69 €</u>	<u>- €</u>

4.4 – AJUSTAMENTOS PROPOSTOS

Tendo em consideração todas as situações de exceção identificadas apresentamos, no anexo a este relatório, o resumo das mesmas com a respetiva sugestão do movimento contabilístico em 21 de Junho de 2018 (diário auxiliar).

4.5. - BALANÇO AJUSTADO À DATA DE 21 DE JUNHO DE 2018

Rúbrica	Notas	21-06-2018 (Balancete)	Ajustamentos propostos	21-06-2018 (Ajustado)	31-12-2017 (R&C)
Ativo não corrente					
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	4.1.2.1	- €	- €	- €	- €
Outros investimentos financeiros	4.1.2.2	15.000,00 €	- €	15.000,00 €	15.000,00 €
Activo corrente					
Estado e outros entres públicos	4.1.2.3	5.178,13 €	1.000,00 €	4.178,13 €	4.850,00 €
Caixa e depósitos bancários	4.1.2.4	- €	- €	- €	- €
Total do ativo		20.178,13 €	1.000,00 €	19.178,13 €	19.850,00 €
Capital próprio					
Capital subscrito	4.1.2.5	200.000,00 €	- €	200.000,00 €	200.000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	4.1.2.5	175.000,00 €	- €	175.000,00 €	175.000,00 €
Reservas legais	4.1.2.5	16.200,00 €	- €	16.200,00 €	16.200,00 €
Resultados transitados	4.1.2.5	- 1.589.305,11 €	- 127.637,01 €	- 1.461.668,10 €	- 1.405.373,64 €
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	4.1.2.5	- 66.418,85 €	- €	- 66.418,85 €	- 66.418,85 €
Resultado líquido do período	4.2.2	- 2.163,87 €	3.381,74 €	- 5.545,61 €	- 183.931,47 €
Total do capital próprio		- 1.266.687,83 €	- 124.255,27 €	- 1.142.432,56 €	- 1.264.523,96 €
Passivo					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	4.1.2.6	1.104.242,58 €	127.637,01 €	976.605,57 €	1.104.242,58 €
Passivo corrente					
Fornecedores	4.1.2.7	3.058,27 €	- €	3.058,27 €	1.372,32 €
Estado e outros entres públicos		- €	- €	- €	- €
Financiamentos obtidos	4.1.2.6	83.412,86 €	- €	83.412,86 €	91.714,94 €
Outras dívidas a pagar	4.1.2.8	96.152,25 €	- 2.381,74 €	98.533,99 €	87.044,12 €
Total do passivo		1.286.865,96 €	125.255,27 €	1.161.610,69 €	1.284.373,96 €
Total do capital próprio e do passivo		20.178,13 €	1.000,00 €	19.178,13 €	19.850,00 €

4.6 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS AJUSTADA À DATA DE 21 DE JUNHO DE 2018

Rúbrica	Notas	21-06-2018 (Balancete)	Ajustamentos propostos	21-06-2018 (Ajustado)	31-12-2017 (R&C)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4.2.2.1	- €	- €	- €	- 1.259,59 €
Fornecimentos e serviços externos	4.2.2.2	- 1.972,14 €	- 1.225,50 €	- 3.197,64 €	- 5.541,55 €
Imparidade de inventários (investimentos financeiros)		- €	- €	- €	- 175.000,00 €
Outros gastos	4.2.2.3	- 119,73 €	- 2.042,43 €	- 2.162,16 €	- 1.110,16 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		- 2.091,87 €	- 3.267,93 €	- 5.359,80 €	- 182.911,30 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 2.091,87 €	- 3.267,93 €	- 5.359,80 €	- 182.911,30 €
Juros e gastos similares suportados	4.2.2.4	- 72,00 €	- 113,81 €	- 185,81 €	- 1.020,17 €
Resultado antes de impostos		- 2.163,87 €	- 3.381,74 €	- 5.545,61 €	- 183.931,47 €
Imposto sobre o rendimento do período	4.2.2.5	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período		- 2.163,87 €	- 3.381,74 €	- 5.545,61 €	- 183.931,47 €

5 – OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS**5.1 – REGIME DE DEPÓSITO**

A Sociedade procedeu à entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) para os últimos exercícios nas seguintes datas:

ANO	DATA RECEPÇÃO
2017	2018-07-13
2016	2017-07-18/2018-01-18 *
2015	2016-07-22
2014	2015-07-15

* Declaração de substituição.

5.2 – DECLARAÇÕES FISCAIS

A Sociedade procedeu à entrega das Declarações Modelo 22 dos últimos exercícios nas seguintes datas:

ANO	DATA RECEPÇÃO
2017	2018-06-19
2016	2017-05-16
2015	2016-05-17
2014	2015-05-25

5.3 – DIVIDAS FISCAIS E PARA FISCAIS

De acordo com informações obtidas junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social não existem situações em mora à data do nosso trabalho.

5.4 – CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Quanto aos ajustamentos propostos chamamos a atenção ao disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no que respeita à elegibilidade do gasto para efeitos fiscais.

Chamamos a atenção para o facto das declarações fiscais serem passíveis de revisão por parte da Autoridade Tributária por um período de 4 anos (art.º 45º da Lei Geral Tributária), se a Lei não fixar outro.

Salientamos ainda que, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal poderão ocorrer correções à matéria coletável em caso de fiscalização.

De acordo com a resposta do Contabilista Certificado da Sociedade existiam à data de 21 de Junho de 2018, coimas por pagar à AT.

6 – COBERTURA DE SEGUROS

Não foram identificadas quaisquer apólices de seguros para esta Sociedade.

7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

De acordo com o acordo parassocial disponibilizado, inicialmente subscrito pelos acionistas originários da Sociedade e posteriormente atualizado para o actual sócio, entendemos que a transformação da subsidiária Supervalença, SA em Supervalença, Lda. já deveria ter ocorrido.

De acordo com o artigo décimo dos estatutos atualizados da Sociedade enquanto o valor da situação líquida no final de cada exercício for inferior a trezentos mil euros, os lucros líquidos constantes do balanço anual terão as seguintes aplicações:

- para a constituição ou reforço da reserva legal a percentagem que a lei determinar;
- para constituição ou reforço de uma reserva livre de consolidação financeira, o remanescente.

Chamamos ainda atenção para as comunicações internas do Grupo relativamente à distribuição de dividendos.

Da consulta à base de dados *Rigorbiz* não foram identificados quaisquer processos intentados contra a Sociedade.

Não nos foi disponibilizada a certificação legal das contas de 2017 até ao momento.

De acordo com a resposta dos serviços laborais da Sociedade não existem quaisquer processos intentados contra ou a favor.

8 – GARANTIAS, AVALES E PENHORES

De acordo com o mapa de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, existe na data de 31 de Maio de 2018, uma garantia da Norgarante no valor de 18.750,00 €. Na data de 30 de Junho de 2018, já nada consta como garantia.

De acordo com o mencionado na certidão permanente atualizada, as duas quotas do ex-sócio Rui Fonseca, no valor total de 180.000,00 €, encontram-se penhoradas a favor da Norgarante (135.000,00 €) e do banco Santander Totta (45.000,00 €). Nada mais chegou ao nosso conhecimento.

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

De acordo com o mencionado na certidão permanente atualizada, ocorreu a transmissão das duas quotas no valor total de 180.000,00 € (identificadas no quadro anterior com os sócios Rui Fonseca e Helena Fonseca), a favor da ITMP Alimentar, SA.

Para além de outras situações mencionadas neste documento, nada mais chegou ao nosso conhecimento, que motive qualquer ajustamento às demonstrações financeiras apresentadas na data de 21 de Junho de 2018.

10 – PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

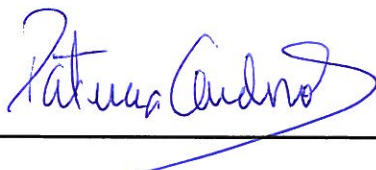
Tendo em consideração a existência de relações especiais entre a Sociedade e outras entidades relacionadas chamamos a atenção para o artigo 63º do CIRC e da Portaria n.º 1446 - C/2001, de 21 de Dezembro. Segundo fomos informados a Sociedade não dispõe de dossier de preços de transferência.

11 – ENQUADRAMENTO LEGAL DAS SGPS

Normativo	Descrição Sumária	Cumprimento (Sim / Não)
Art.º 1º, n.º 2 do DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro	As Participações admitidas, excepcionando as referidas no artigo 3º, n.º 3 do DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro, devem ser superiores a 10% do capital com direito de voto.	Sim
Art.º 4º, n.º 1 do DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro	É permitida à SGPS a prestação de serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possuam as participações não ocasionais e atinjam, pelo menos, 10% do capital com direito de voto.	N/A
Art.º 4º, n.º 2 do DL n.º 378/98, de 24 de Novembro	A prestação de serviços deve ser objecto de contrato escrito, no qual deve ser identificada a correspondente remuneração.	N/A
Art.º 5º, n.º 1 do DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro	À SGPS é vedado adquirir, a título oneroso, bens imóveis, exceptuando os necessários à sua própria instalação.	Sim
	À SGPS é vedado antes decorrido um ano sobre a sua aquisição alienar ou onerar as participações.	Sim
	À SGPS é vedado conceder crédito, excepto às sociedades em que possuam as participações não ocasionais e atinjam, pelo menos 10% do capital com direito de voto.	Sim
Art.º 9º, n.º 2 e 3 do DL n.º 378/98, de 27 de Novembro	As SGPS devem remeter anualmente à IGF, até 30 de Junho, o inventário das partes de capital incluídas nos investimentos financeiros constantes do último balanço aprovado.	Sim
Art.º 10º, n.º 2 do DL n.º 318/94, de 24 de Dezembro	As SGPS devem designar e manter um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.	Sim

Este relatório é emitido somente para informação dos intervenientes neste processo, pelo que não deve ser utilizado para qualquer outra finalidade nem distribuído a terceiros sem a nossa prévia autorização por escrito.

LISBOA, 06 DE SETEMBRO DE 2018



PEDRO MIGUEL BRITO, PATRÍCIA CARDOSO DA SILVA & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

REPRESENTADA PELA SÓCIA PATRÍCIA CARDOSO DA SILVA